



ReLePe



UNIFESP
UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO PAULO

**I Encontro Latinoamericano de Professores de Política Educacional
II Seminário Internacional de Questões de Pesquisa em Educação**

6 e 7 de julho de 2015 - UNIFESP - Guarulhos - São Paulo - Brasil

REFLEXÕES INICIAIS SOBRE A DISCIPLINA POLÍTICA EDUCACIONAL EM CURSOS DE PEDAGOGIA NO BRASIL¹

Silvana Stremel

Universidade Estadual de Ponta Grossa - Brasil

E-mail: silvanastremel@gmail.com

Jefferson Mainardes

Universidade Estadual de Ponta Grossa - Brasil

E-mail: jefferson.m@uol.com.br

Trabalho de natureza teórica

Resumo: O trabalho apresenta uma análise exploratória e preliminar da disciplina Política Educacional no currículo de cursos de Pedagogia, de universidades públicas brasileiras. A amostra envolveu a análise de 128 disciplinas de 70 universidades públicas, de 85 ementas (de 50 universidades) e da bibliografia indicada em 44 ementas ou programas de disciplina. Concluiu-se que: a) há uma variedade grande de designações para a disciplina (97 designações); b) na maioria dos cursos a disciplina é ofertada nos dois primeiros anos e a carga horária, na maioria dos currículos, é de 60 horas; c) foi possível identificar os conteúdos recorrentes nos programas e os aspectos que não são indicados nas ementas. O trabalho argumenta que a pesquisa sobre o ensino da disciplina Política Educacional é relevante, pois pode trazer informações importantes para a compreensão e melhoria tanto do ensino de Política Educacional quanto para a formação de pesquisadores para esse campo.

Palavras-chave: Política Educacional. Currículo. Curso de Pedagogia.

Introdução

O propósito desse trabalho é apresentar reflexões iniciais sobre a disciplina Política Educacional (ofertada com diferentes denominações) em cursos de Pedagogia de universidades públicas brasileiras.

A abordagem desse tema integra um projeto de pesquisa mais amplo que tem por objetivo analisar o processo histórico de constituição do campo acadêmico da Política Educacional no Brasil. Além disso, o presente trabalho pretende contribuir para a ampliação de estudos sobre os desafios teórico-metodológicos no desenvolvimento curricular da disciplina e do espaço acadêmico da Política Educacional na Graduação e Pós-Graduação. Nos levantamentos bibliográficos realizados constatamos que o ensino e a formação de pesquisadores de políticas educacionais constituem-se em

¹ Agências financiadoras: CAPES, Fundação Araucária e CNPq.

objetos de estudo ainda a serem explorados. De modo mais específico, o ensino de Política Educacional nos cursos de Graduação demanda uma série de investigações, tais como:

- o momento da criação da disciplina Política educacional nos currículos de cursos de Graduação;
- a identificação dos componentes curriculares que antecederam o que atualmente é designado como Política Educacional e as suas relações com o surgimento do campo e da disciplina Política Educacional;
- análise do conteúdo da disciplina explicitado em ementas e programas de ensino;
- a análise da bibliografia indicada nos referidos programas;
- análise de livros didáticos (manuais) elaborados para serem utilizados no ensino de Política Educacional.

Investigar o ensino de Política Educacional emerge como uma questão relevante na medida em que essa disciplina contribui no processo de formação de professores e pedagogos que já atuam ou atuarão nos sistemas de ensino. Essa disciplina pode proporcionar aos futuros educadores uma compreensão crítica das políticas educacionais, dos fundamentos das políticas, de aspectos essenciais relacionados à organização e legislação da educação brasileira, bem como da análise de políticas nacionais, estaduais e locais. Além disso, a disciplina Política Educacional pode servir como ponto de partida para a formação de futuros pesquisadores desse campo, principalmente quando optam pela realização de pesquisas sobre políticas educacionais em nível de Pós-Graduação.

Nesse trabalho, inicialmente apresentamos um panorama do desenvolvimento do campo acadêmico da Política Educacional no Brasil, a partir da década de 1990. Posteriormente, apresentamos a metodologia da pesquisa e a análise de características da disciplina Política Educacional em currículos de cursos de Pedagogia de 70 universidades brasileiras.



ReLePe



UNIFESP
UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO PAULO

**I Encontro Latinoamericano de Professores de Política Educativa
II Seminário Internacional de Questões de Pesquisa em Educação**

6 e 7 de julho de 2015 - UNIFESP - Guarulhos - São Paulo - Brasil

Aspectos do desenvolvimento do campo acadêmico da Política Educacional a partir da década de 1990

Segundo Faria (2013, p. 12),

As universidades são, via de regra, estruturadas em torno de disciplinas e, por essa via, favorecem o desempenho individual dos pesquisadores (Brewer, 1999). Afinal, a institucionalização de um campo de estudos, de uma disciplina, vem tradicionalmente acompanhada da criação de associações profissionais, de conferências e de periódicos que influenciam, direta ou indiretamente a alocação de recursos materiais e simbólicos.

A partir da reflexão acima, consideramos que o estudo da emergência e do desenvolvimento das disciplinas e dos campos acadêmicos constitui-se em um objeto de pesquisa relevante para a compreensão de um campo específico. Enquanto em outras disciplinas e campos acadêmicos é possível localizar estudos e reflexões, ainda são poucos os estudos que discutem a disciplina Política Educacional. No entanto, destacamos que há estudos que trazem elementos importantes acerca dos aspectos históricos e da constituição do campo da Política Educacional no Brasil (SANTOS, 2009; SANTOS; AZEVEDO, 2009, 2012; BITTAR; BITTAR; MORISINI, 2012; KRAWCZYK, 2012; STREMEL, 2012; STREMEL; MAINARDES, 2012, 2013; SANTOS, 2014; SCHENEIDER, 2014).

Na análise de Stremel (2012), o campo acadêmico da Política Educacional no Brasil emergiu a partir do final da década de 1960, com a publicação de estudos sobre política educacional (traduções e trabalhos de autores brasileiros). No período anterior à década de 1960, já existiam estudos que, atualmente, são considerados como estudos e publicações de política educacional. Tais estudos estavam relacionados à Administração Escolar, Administração Educacional, Educação Comparada. Ao longo do tempo, foram criadas associações específicas (tal como a Associação Nacional de Política e Administração da Educação - ANPAE, em 1961), o GT Estado e Política Educacional (no âmbito da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação - ANPEd, em 1987), bem como a criação de disciplinas de



Política Educacional nos cursos de Graduação e Pós-Graduação, criação de linhas de pesquisa em Programas de Pós-Graduação em Educação, criação de revistas específicas, eventos e redes de pesquisa.

A partir dos anos 1990, observou-se uma expansão significativa das pesquisas e das publicações desse campo. Apesar disso, pode-se concordar com Azevedo e Aguiar (2001) e Santos e Azevedo (2009) que a Política Educacional é ainda um campo em construção.

No Brasil, o campo da Política Educacional é abrangente e inclui estudos sobre: políticas e programas; políticas e gestão educacional e escolar; financiamento da educação; políticas de currículo; gestão e trabalho docente.

A seguir, apresentamos os procedimentos metodológicos da pesquisa.

Procedimentos metodológicos

A presente pesquisa envolveu a análise documental. Nesse tipo de procedimento de pesquisa a noção de documento é um conceito importante. Em uma abordagem ampla, uma grande diversidade de materiais pode ser considerada como documento ou fonte (RICHARDSON *et al.*, 1999; CELLARD, 2014). Para Cellard (2014, p. 296-297), “pode tratar-se de textos escritos, mas também de documentos de natureza iconográfica ou cinematográfica, ou de qualquer outro tipo de testemunho registrado, objetos do cotidiano, elementos folclóricos, etc.” (CELLARD, 2014, 296-297). No caso da presente pesquisa, os documentos consistiram em textos escritos, fontes primárias² de acesso público, obtidos em arquivos digitais de Instituições de Ensino Superior. As fontes selecionadas para a sistematização e análise dos dados foram as seguintes: matrizes curriculares de cursos de Pedagogia, planos e programas de ensino, projetos de curso e catálogos de cursos de universidades públicas brasileiras.

Segundo Gil (2002), a pesquisa documental, em termos de processo de desenvolvimento, envolve: planejamento da pesquisa, identificação e localização das fontes, compilação, sistematização e análise dos dados. Com

² As fontes primárias são produzidas pelos diretamente envolvidos ao fato, enquanto que as fontes secundárias provêm de sujeitos que não participaram do fato, mas que o reproduziram posteriormente (CELLARD, 2014).



base nessa ideia, a pesquisa realizada desenvolveu-se nas três etapas apresentadas a seguir.

Na primeira etapa da pesquisa definiu-se o *corpus* de análise, com vistas a levantar as Instituições de Ensino Superior em funcionamento no Brasil. Para isso, contou-se com dados oficiais do Sistema do Ministério da Educação e MEC³, o qual disponibiliza informações referentes às Instituições de Educação Superior e cursos cadastrados no país. Na consulta realizada⁴, optou-se por tomar como amostra as Instituições de Ensino Superior públicas de categoria administrativa: pública municipal, pública federal e pública estadual. O relatório da consulta listou 288 Instituições de Ensino Superior com a seguinte organização acadêmica: Faculdades (138 instituições), Universidades (103 instituições), Institutos Federais (40 instituições) e Centros Universitários (7 instituições). Para esse trabalho, definimos como *corpus* de análise apenas as 103 universidades públicas, visto que se trata de uma pesquisa ainda preliminar.

A segunda etapa da pesquisa envolveu a coleta do material empírico, a partir de consulta aos sites de cada uma das 103 universidades selecionadas. Nessa consulta, buscamos informações sobre os cursos ofertados, especificamente sobre o curso de Pedagogia e seus dados curriculares mais atuais (em vigência)⁵. Todos os documentos curriculares localizados nos sites dessas universidades (matrizes curriculares, projetos de curso, planos e programas de ensino, catálogos de cursos das universidades) foram organizados em um banco de dados. A partir disso, identificaram-se as informações a respeito da disciplina de/sobre Política Educacional e as respectivas ementas. Durante essa etapa sintetizou-se as informações da amostragem (dados quantitativos sobre as universidades pesquisadas) que resultou no seguinte quadro geral:

³ Site: <<http://emec.mec.gov.br>>.

⁴ As buscas foram realizadas em março de 2015.

⁵ As buscas nos sites das universidades foram realizadas em março de 2015. Em alguns deles (sites de 18 universidades), as informações sobre a estrutura curricular dos cursos estavam indisponíveis naquele momento (Quadro 1).

Quadro 1 – Universidades públicas brasileiras pesquisadas

Região	Estado	Universidades	Universidades que ofertam ou não o Curso de Pedagogia	Universidades com ementas disponíveis/ indisponíveis no site
Norte: 15	Acre: 1	UFAC	Ofertam: 14 Não ofertam: 1	Disponíveis: 5 Indisponíveis: 3 Informações curriculares indisponíveis: 6
	Amapá: 2	UEAP, UNIFAP		
	Amazonas: 2	UEA, UFAM		
	Pará: 5	UEPA, UFOPA, UFPA, UFRA, UNIFESSPA		
	Rondônia: 1	UNIR		
	Roraima: 2	UERR, UFRR		
	Tocantins: 2	UFT, UNITINS		
Nordeste: 33	Alagoas: 3	UFAL, UNCISAL, UNEAL	Ofertam: 25 Não ofertam: 8	Disponíveis: 12 Indisponíveis: 3 Informações curriculares indisponíveis: 10
	Bahia: 8	UEFS, UESB, UESC, UFBA, UFOB, UFRB, UFSB, UNEB		
	Ceará: 6	UECE, UFC, UFCA, UNILAB, URCA, UVA		
	Maranhão: 3	UEMA, UFMA, UNIVIMA		
	Paraíba: 3	UEPB, UFCG, UFPB		
	Pernambuco: 4	UFPE, UFRPE, UNIVASF, UPE		
	Piauí: 2	UESPI, UFPI		
	Rio Grande do Norte: 3	UERN, UFERSA, UFRN		
	Sergipe: 1	UFS		
Sul: 20	Paraná: 10	UEL, UEM, UENP, UEPG, UFPR, UNESPAR, UNICENTRO, UNILA, UNIOESTE, UTFPR	Ofertam: 18 Não ofertam: 2	Disponíveis: 14 Indisponíveis: 3 Não tem disciplina denominada Política: 1
	Rio Grande do Sul: 7	FURG, UERGS, UFCSPA, UFPEL, UFRGS, UFSM, UNIPAMPA		
	Santa Catarina: 3	UDESC, UFFS, UFSC		
Sudeste: 27	Espírito Santo: 1	UFES	Ofertam: 24 Não ofertam: 3	Disponíveis: 16 Indisponíveis: 7 Informações curriculares do curso de Pedagogia indisponíveis: 1
	Minas Gerais: 13	UEMG, UFJF, UFLA, UFMG, UFOP, UFSJ, UFTM, UFU, UFV, UFVJM, UNIFAL,		

	Rio de Janeiro: 6	UNIFEI, UNIMONTES UENF, UERJ, UFF, UFRJ, UFRRJ, UNIRIO		
	São Paulo: 7	UFABC, UFSCar, UNESP, UNICAMP, UNIFESP, USCS, USP		
Centro-Oeste: 8	Distrito Federal: 1	UnB	Ofertam: 8 Não ofertam: 0	Disponíveis: 3 Indisponíveis: 4 Informações curriculares indisponíveis: 1
	Goiás: 2	UEG, UFG		
	Mato Grosso do Sul: 3	UEMS, UFGD, UFMS		
	Mato Grosso: 2	UFMT, UNEMAT		
Total de universidades: 103			Total - ofertam: 89 Total - não ofertam: 14	Total de universidades com ementas disponíveis no site: 50 Total de universidades com ementas indisponíveis: 20 Total de universidades com informações curriculares indisponíveis: 18 Total de universidades com curso de Pedagogia que não tem a disciplina denominada Política Educacional: 1

Fonte: Organizado pelos autores com base nos dados do sistema e-MEC e sites das universidades públicas brasileiras.

Conforme apresentado no Quadro 1, das 103 universidades, 89 ofertam o curso de Pedagogia. Dessas 89 universidades, em 50 delas as informações curriculares e as ementas das disciplinas que compõem a grade curricular encontraram-se acessíveis no site da instituição. Em 20 universidades, a estrutura curricular estava disponível, mas as ementas não. Em outras 18 universidades os dados estavam indisponíveis no momento da realização da coleta de dados e em uma universidade, a organização curricular não apresentava a disciplina denominada Política Educacional (ou outra variação de designação para se referir a ela), uma vez que o currículo estruturava-se por



blocos e eixos temáticos, sendo que as questões de Política Educacional eram trabalhadas no eixo Escola, Cultura e Sociedade.

Assim, do total de universidades pesquisadas, analisou-se as informações curriculares (denominação da disciplina, carga horária e etapa em que é cursada) de 70 instituições e as ementas de 50 dessas (que estavam disponíveis). É importante salientar que algumas universidades ofertavam o curso de Pedagogia em mais de um campus. Na maioria dos casos, os projetos de curso eram distintos em cada campus.

É fundamental destacar que em algumas matrizes curriculares, havia a oferta de mais de uma disciplina de/sobre Política Educacional. Portanto, das instituições com informações curriculares disponíveis (70 instituições), foram identificadas 128 disciplinas de/sobre Política Educacional, sendo que 85 possuíam ementa disponível e outras 43 não estavam disponibilizadas. Das 85 disciplinas, 41 indicavam apenas a ementa e 44 apresentavam a ementa com a bibliografia. As informações sobre a disciplina de/sobre Política Educacional (denominação, carga horária, etapa em que é cursada), bem como as ementas e a bibliografia foram sistematizadas em um quadro que serviu de subsídio para a organização dos dados e a análise apresentada a seguir, constituindo a terceira etapa da pesquisa. Nessa última etapa, a pesquisa envolveu a utilização do *software* Sphinx para a análise lexical dos dados das ementas.

A disciplina Política Educacional nos currículos dos cursos de Pedagogia

Conforme mencionado acima, na análise das informações curriculares da disciplina de/sobre Política Educacional considerou-se 5 aspectos: denominação, carga horária, etapa em que é ofertada, ementa e bibliografia.

Em relação à denominação da disciplina constatamos que uma diversidade de designações é empregada, conforme apresentado na lista a seguir, cujo número entre parênteses indica a quantidade de vezes que a nomenclatura foi empregada nas 128 disciplinas:

1. Política Educacional (9)
2. Políticas Educacionais (5)
3. Estrutura e Funcionamento da Educação Básica (5)



4. Organização da Educação Brasileira (3)
5. Políticas Públicas e Educação (3)
6. Políticas Públicas em Educação (3)
7. Legislação da Educação Básica (2)
8. Legislação Educacional (2)
9. Organização da Educação no Brasil (2)
10. Organização e Funcionamento do Sistema Educacional – Educação Básica (2)
11. Política e Organização da Educação Básica (2)
12. Política Educacional Brasileira (2)
13. Política Educacional I (2)
14. Política Educacional II (2)
15. Políticas Públicas da Educação (2)
16. Ciência Política e Educação
17. Educação Brasileira: Legislação e Sistema
18. Estado e Políticas Educacionais
19. Estrutura e Funcionamento da Educação Brasileira
20. Estrutura e Funcionamento do Ensino
21. Legislação Aplicada à Educação Básica
22. Legislação da Educação Brasileira
23. Legislação do Ensino
24. Organização da Educação Brasileira e Legislação I
25. Organização da Educação Brasileira e Legislação II
26. Organização da Educação Nacional
27. Organização do Ensino no Brasil
28. Organização e Funcionamento da Educação Básica
29. Organização e Funcionamento da Educação Brasileira
30. Organização e Gestão da Educação Básica
31. Organização e Política da Educação Brasileira
32. Organização Educacional e Escolar I
33. Organização Educacional e Escolar II
34. Organização Escolar Brasileira



35. Política da Educação no Brasil
36. Política e Educação
37. Política e Gestão da Educação
38. Política e Gestão Educacional I
39. Política e Gestão Educacional II
40. Política e Legislação da Educação Básica
41. Política e Legislação Educacional
42. Política e Legislação Educacional Brasileira
43. Política e o Estado Brasileiro
44. Política e Organização da Educação Básica I
45. Política e Organização da Educação Básica II
46. Política e Organização da Educação Básica no Brasil
47. Política e Organização da Educação Brasileira
48. Política e Organização da Educação I
49. Política e Planejamento da Educação
50. Política e Planejamento Educacional
51. Política e Planejamento Educacional I
52. Política e Planejamento Educacional II
53. Política e Planejamento na Educação Básica
54. Política Educacional – Ensino Fundamental
55. Política Educacional Brasileira I
56. Política Educacional Brasileira II
57. Política Educacional e Legislação da Educação Infantil e Ensino Fundamental
58. Política Educacional e Legislação do Ensino no Brasil
59. Política Educacional e Organização da Educação Básica I
60. Política Educacional e Organização da Educação Básica II
61. Política Educacional e Organização da Educação Brasileira
62. Política Educacional e Organização do Ensino no Brasil
63. Política Educacional: Organização da Educação Brasileira
64. Política Pública da Educação I
65. Política Pública da Educação II



66. Políticas de Educação Básica
67. Políticas de Educação Infantil
68. Políticas e Legislação da Educação
69. Políticas e Legislação da Educação Básica
70. Políticas e organização da Educação Básica
71. Políticas e Planejamento da Educação no Brasil
72. Políticas Educacionais Brasileiras
73. Políticas Educacionais e Educação Básica
74. Políticas Educacionais I
75. Políticas Educacionais II
76. Políticas Educacionais, Organização e Funcionamento da Educação Básica
77. Políticas para a Educação Básica
78. Políticas Públicas
79. Políticas Públicas da Educação Brasileira
80. Políticas Públicas de Educação
81. Políticas Públicas de Educação para a Infância
82. Políticas Públicas e Gestão da Educação
83. Políticas Públicas e Gestão da Educação Brasileira
84. Políticas Públicas e Gestão Educacional: Docência e Diversidade Cultural
85. Políticas Públicas e Gestão Educacional: Identidade do Pedagogo nos Processos Escolares e Não Escolares
86. Políticas Públicas e Legislação da Educação I
87. Políticas Públicas e Legislação da Educação II
88. Políticas Públicas e Legislação do Ensino Básico
89. Políticas Públicas e Legislação Educacional
90. Políticas Públicas e Legislação em Educação
91. Políticas Públicas Educacionais
92. Políticas Públicas em Educação I
93. Políticas Públicas em Educação II
94. Políticas Públicas na Educação Básica

- 95. Políticas Públicas para a Infância e a Juventude
- 96. Políticas Públicas para Educação Básica
- 97. Políticas, Estado e Educação

O número elevado de designações empregadas indica uma certa dispersão do campo, pois os termos “Política Educacional” ou “Políticas Educacionais” e ainda “Política e gestão da educação” são termos mais comumente utilizados para referir-se a esse campo, seja para designar disciplinas na Graduação e Pós-Graduação, ou mesmo, grupos de pesquisa, linhas de pesquisa em Programas de Pós-Graduação em Educação, grupos de trabalho em associações e eventos científicos, etc. No entanto, no momento da criação de novos cursos de Pedagogia ou da reestruturação curricular de cursos já existentes, uma série de fatores interfere na composição das matrizes curriculares, tais como: o quadro docente da instituição, a tradição em pesquisa e Pós-Graduação, entre outros.

Com relação à carga horária, observa-se que na maioria das instituições, a disciplina relacionada à Política Educacional possui 60 horas/aula (Tabela 1). No entanto, deve-se destacar que algumas instituições possuem mais de uma disciplina de/sobre Política Educacional, como é o caso da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (UESB) – Campus de Vitória da Conquista, que oferta as disciplinas Política Educacional I (60 horas) e Política Educacional II (60 horas). Na Universidade Federal de Sergipe (UFS) são ofertadas as disciplinas Política e Gestão Educacional I (60 horas), Política e Gestão Educacional II (60 horas), Política e Educação (60 horas) e Estrutura e Funcionamento da Educação Básica (60 horas). Na Universidade de São Paulo (USP) – Ribeirão Preto, há duas disciplinas: Política Educacional e Organização da Educação Básica I (90 horas) e Política Educacional e Organização da Educação Básica II (60 horas). Esses são apenas alguns exemplos de universidades que oferecem mais de uma disciplina de/sobre Política Educacional.

Tabela 1 – Carga horária das disciplinas

Carga horária	Nº de disciplinas
60h	59
75h	10
72h	10
68h	10
102h	5
45h	5
80h	4
136h	3
90h	3
30h	3
64h	2
128h	1
120h	1
108h	1
54h	1
34h	1
Não especifica	9
Total	128

Fonte: Organizada pelos autores.

As grades curriculares estavam organizadas em períodos/semestres ou em ano/série. Para fins de apresentação dos dados, na tabela a seguir consideramos o primeiro e segundo período/semestre equivalente ao 1º ano de curso e assim por diante. A maior parte é ofertada nos dois primeiros anos do curso (Tabela 2).

Tabela 2 – Etapa em que a disciplina é cursada

Etapas	Nº
1ª ano de curso	38
2ª ano de curso	50
3ª ano de curso	18
4ª ano de curso	19
Não especifica	3
Total	128

Fonte: Organizada pelos autores.

A partir da análise de 85 ementas (de 50 universidades diferentes), foi possível identificar os segmentos e palavras recorrentes (Tabelas 3 e 4). Consideramos que as ementas revelam aspectos importantes sobre como as disciplinas de/sobre Política Educacional são concebidas nos currículos dos cursos de Pedagogia. No entanto, sabe-se que, na prática, tais ementas são ajustadas à realidade do professor responsável, bem como à realidade das turmas e características da instituição.

Combinando os dados das Tabelas 3 e 4, pode-se compreender que, de modo geral, os tópicos mais presentes nas ementas são os seguintes:

- a) Aspectos relacionados à organização da educação brasileira (sistema educacional brasileiro, níveis, modalidades);
- b) Aspectos da legislação educacional (Constituições Federais, leis nacionais referentes à educação, LDB, PNE, Resoluções, Pareceres);
- c) Reformas educacionais;
- d) Gestão da educação;
- e) Políticas e Programas da Educação Básica;
- f) Financiamento da educação;
- g) Estado e educação.

Observou-se pouca incidência de termos relacionados a aspectos teóricos, epistemológicos e de metodologias e abordagens de pesquisa no campo da Política Educacional. É possível que em virtude da carga horária relativamente pequena da disciplina na Graduação em Pedagogia (60 h, na maioria das instituições incluídas na amostra), as referidas questões de natureza teórica sejam menos contempladas ou atendidas de forma mais breve. É possível também que tais questões constituam o conteúdo da Política Educacional em nível de Pós-Graduação.

Tabela 3 – Segmentos recorrentes nas 85 ementas da amostra

Segmentos	Nº de repetições
Educação Básica	57
Políticas públicas	48
Políticas educacionais	34
Sistema educacional / de ensino	30
Ensino Fundamental	25
Educação Infantil	24
Política educacional	22
Organização da educação	22
Legislação do ensino / da educação / brasileira	21
Educação Nacional	15
Modalidades da educação	15
Educação brasileira	13
Financiamento da educação	13
Políticas e educação	12
Estado e políticas / sociedade	11

Educação brasileira	10
Lei de Diretrizes e Bases	10
Reformas educacionais	10
Ensino Superior	9
Gestão da educação	8
América Latina	8
Ensino Médio	8
Estrutura e funcionamento	8
Constituição 1988	6
Plano Nacional da Educação	5
Movimentos sociais	4
Política e gestão	4
Políticas da educação básica	4
Profissionais da educação	4
Sistema escolar	4
Avaliação da educação	3
Constituições federais	3
Contexto internacional	3
Contexto sociopolítico	3
Direito à educação	3
Diretrizes Curriculares	3
Estatuto da Criança e do Adolescente	3
Educação e sociedade	3
Espaços educativos	3
Estado brasileiro	3
Gestão escolar	3
Organismos Internacionais	3
Planejamento Educacional	3
Política social	3
Participação da sociedade	3

Fonte: Organizada pelos autores a partir do relatório de análise lexical do *software* Sphinx.

Tabela 4 – Palavras recorrentes nas 85 ementas da amostra

Palavras do léxico	Nº de recorrências / nº de ementas
Educação	227 / 76
Políticas	106 / 59
Ensino	68 / 41
Educacional	60 / 45
Política	57 / 36
Estado	55 / 37
Brasil	51 / 41
Básica	51 / 41
Educacionais	49 / 35
Organização	42 / 35
Brasileira	38 / 32
Públicas	34 / 27
Legislação	33 / 27
Nacional	30 / 22
Gestão	29 / 24
Sociedade	26 / 24
Financiamento	25 / 23
Contexto	25 / 22

Sistema	23 / 21
Sociais	22 / 21
Infantil	20 / 16
Análise	19 / 18
Fundamental	19 / 17
Diretrizes	19 / 15
Social	19 / 15
Escolar	18 / 16
Brasileiro	17 / 17
Formação	17 / 16
Estrutura	16 / 16
Econômica/o/as/os	16 / 16
Lei	16 / 10
Funcionamento	14 / 14
Político	14 / 12
Reformas	14 / 13
Níveis	13 / 13
Sistemas	13 / 13
Contemporâneo/a/as	13 / 12
Relação	13 / 10
Modalidades	12 / 12
Superior	12 / 10
Bases	11 / 10
Leis	11 / 10
Concepção/ões	11 / 10
Histórico/as	11 / 10
Escola	11 / 9
Infância	11 / 5
Direito	10 / 10
Administrativa/o/s	10 / 10
Planos	10 / 10
Constituição	10 / 9
LDB	10 / 9
Cultura/al/is	10 / 9
Relações	10 / 8
Planejamento	10 / 7
Nacionais	9 / 9
Internacional/is	9 / 9
Médio	9 / 8
Plano	9 / 7
Poder	9 / 6
Atual/ais	8 / 8
Perspectivas	8 / 8
Trabalho	8 / 8
Desenvolvimento	8 / 7
Projetos	8 / 7
Construção	8 / 6
Avaliação	7 / 7
Fundamentos	7 / 7
Histórica	7 / 7
Princípios	7 / 7
Programa	7 / 7
Público	7 / 7
Privado/s	7 / 7
Crítica/o/s	7 / 7

9394/96	7 / 6
Escolares	7 / 5
Cidadania	6 / 6
Estadual	6 / 6
Históricos	6 / 6
Legais	6 / 6
Movimentos	6 / 6
Vigente/s	6 / 6
Conceito/s	6 / 6
Professores	6 / 6
Profissional	6 / 6
Pública	6 / 6
Reforma	6 / 6
Educativa/s	6 / 6
Prática/s	6 / 6
Nível	6 / 5
Atendimento	6 / 4
Descentralização	6 / 4
Constituições	5 / 5
Teórico/a/as	5 / 5
História	5 / 5
América / Latina	5 / 5
Democracia	5 / 5
Pedagógico	5 / 5
Projeto	5 / 5
Qualidade	5 / 5
Governo/s	5 / 5
Implementação/implementadas	5 / 5
Escolas	5 / 4
Federais	5 / 4
Legal	5 / 4
Tendências	5 / 4
Neoliberal/is	5 / 4
Diversidade/s	5 / 4
Regulação	5 / 3
Articulação	4 / 4
Estatuto	4 / 4
Globalização	4 / 4
Papel	4 / 4
Participação	4 / 4
Profissionais	4 / 4
Propostas	4 / 4
Realidade	4 / 4
Financeira/os	4 / 4
Visão	4 / 4
Determinante/s	4 / 4
Demanda/s	4 / 4
Transformação/ões	4 / 4
Educativos	4 / 3
Curriculares	4 / 3
Carreira	3 / 3
Condicionantes	3 / 3
Definição	3 / 3
Democratização	3 / 3
Economia	3 / 3

Elaboração	3 / 3
Espaços	3 / 3
Formulação	3 / 3
Função	3 / 3
Governamentais	3 / 3
Impactos	3 / 3
Instituições	3 / 3
Municipalização	3 / 3
Resolução/ões	3 / 3
Normas	3 / 3
Normativos	3 / 3
Pedagógicos	3 / 3
Federada/Federativa/Federativas	3 / 3
Possibilidades	3 / 3
Públicos	3 / 3
Pedagogo	3 / 2
Curricular	3 / 2
Identidade	3 / 2
Capitalista	2 / 2
Centralização	2 / 2
Colaboração	2 / 2
Condições	2 / 2
Conjuntura	2 / 2
Conselhos	2 / 2
Conservadora	2 / 2
Controle	2 / 2
Democrática	2 / 2
Direitos	2 / 2
ECA	2 / 2
EJA	2 / 2
Estados	2 / 2
Etapas	2 / 2
Éticos	2 / 2
Expansão	2 / 2
Filosóficos	2 / 2
Normativa/normatização	2 / 2
Organizacional/is	2 / 2
FUNDEB	2 / 2
Fundos	2 / 2
Gestor	2 / 2
Higienista	2 / 2
Implicações	2 / 2
Inclusão	2 / 2
Iniciativas	2 / 2
Instâncias	2 / 2
Intervenção	2 / 2
Liberais	2 / 2
Manutenção	2 / 2
Metas	2 / 2
Micro	2 / 2
Modelos	2 / 2
Didáticas/os	2 / 2
Diferenças/diferente	2 / 2
Moderno	2 / 2
Multilaterais	2 / 2

PNE	2 / 2
Socioeconômico	2 / 2
Valorização	2 / 2
Abordagem/ens	2 / 2
Gerencial/gerenciamento	2 / 2
Neoliberalismo	2 / 1
Modernização	2 / 1
Influência	2 / 1
Ambiguidades	1 / 1
Autonomia	1 / 1
Capitalismo	1 / 1
Colegiada	1 / 1
Competências	1 / 1
Conhecimento	1 / 1
Constitucional	1 / 1
Criticamente	1 / 1
Decretos	1 / 1
Demografia	1 / 1
Desconstrução	1 / 1
Desigualdades	1 / 1
Desenvolvimentista	1 / 1
Diagnóstico	1 / 1
Dilemas	1 / 1
Docência	1 / 1
Educadores	1 / 1
Efeitos	1 / 1
Embate	1 / 1
Epistemologia	1 / 1
Escolaridade	1 / 1
Escolarização	1 / 1
Estatal	1 / 1
Evasão	1 / 1
Evolução	1 / 1
FNDE	1 / 1
Hegemônicos	1 / 1
Historicidades	1 / 1
Homogeneidades	1 / 1
Inclusiva	1 / 1
Indicadores	1 / 1
Interdependência	1 / 1
Marxistas	1 / 1
Monitoramento	1 / 1
PCN	1 / 1
Referenciais	1 / 1
Regulada	1 / 1
Sindicais	1 / 1
Tipologias	1 / 1
Wefare / State	1 / 1

Fonte: Organizada pelos autores a partir do relatório de análise lexical do *software* Sphinx.

Observação: Para as palavras com apenas uma recorrência, selecionamos aquelas que consideramos mais significativas.



A presente pesquisa envolveu também a análise da bibliografia de 44 disciplinas (ementas com bibliografia ou programas das disciplinas) de 28 universidades diferentes (Tabela 5), o que constitui uma amostra reduzida diante do total de 85 ementas. Constatou-se que as obras mais citadas foram: A Nova Lei da Educação: trajetórias limites e perspectivas (SAVIANI, 1997), Educação escolar: políticas, estruturas e organização (LIBÂNEO; OLIVEIRA; TOSCHI, 2003), A educação como política pública (AZEVEDO, 1997), LDB interpretada: diversos olhares se entrecruzam (BRZEZINSKI, 1997), Da Nova LDB ao Plano Nacional de Educação (SAVIANI, 1998), Política Educacional (SHIROMA; MORAES; EVANGELISTA, 2000) e Organização do ensino no Brasil: níveis e modalidades na Constituição Federal e na LDB (OLIVEIRA; ADRIÃO, 2002). As referências de artigos de periódicos são bastante reduzidas nas ementas e programas de disciplina analisados. Em parte, isso se deve ao fato de que, nas bibliografias das ementas e programas, geralmente priorizam-se as referências de livros. Entre os livros que podem ser considerados como manuais ou livros com finalidades didáticas no ensino de Política Educacional destaca-se o livro de Libâneo, Oliveira e Toschi (2003).

Ainda com relação à bibliografia para o ensino de Política Educacional, salientamos que os desafios para a utilização de um livro para a disciplina é algo complexo, pois se trata de uma disciplina abrangente, que envolve uma grande diversidade de temáticas. Além disso, uma parte do conteúdo da disciplina refere-se a aspectos legais que são bastante dinâmicos e que demandam constante atualização.

Tabela 5 – Bibliografia mais recorrente em 44 programas de disciplina e ementas com bibliografia

Autor/Obra	Nº de indicações
SAVIANI, D. A Nova Lei da Educação: trajetórias limites e perspectivas	15
LIBÂNEO, J. C.; OLIVEIRA, J. F.; TOSCHI, M. S. Educação Escolar: políticas, estrutura e organização.	13
AZEVEDO, J. L. A educação como política pública	12
BRZEZINSKY, I. (Org.). LDB interpretada: diversos olhares se entrecruzam	11
SAVIANI, D. Da Nova LDB ao novo plano nacional de educação: por uma outra política educacional	7
SHIROMA, E. O.; MORAES, M. C. M. de; EVANGELISTA, O. Política educacional	7
OLIVEIRA, R. M.; ADRIÃO, T. (Orgs.). Organização do ensino no Brasil:	6



níveis e modalidades na Constituição Federal e na LDB	
SAVIANI, D. Da nova LDB ao FUNDEB: por uma outra política educacional	5
BRANDÃO, C. F. LDB: passo a passo	5
TOMASI, L., WARDE, M. J.; HADDAD, S. (Org.). O Banco Mundial e as políticas educacionais	5
GENTILI, P.; SILVA, T. T. da (Orgs.). Neoliberalismo, qualidade total e educação	5
OLIVEIRA, D. A.; DUARTE, M. R. T. (Org.). Política e trabalho na escola: administração dos sistemas públicos de educação básica	5
DAVIES, N. O Fundef e o orçamento da educação: desvendando a caixa preta	4
DOURADO, L. F.; PARO, V. H. (Orgs.). Políticas públicas e educação básica	4
FAVERO, O. (Org.). A Educação nas constituintes brasileiras 1823-1988	4
MAINARDES, J. Abordagem do ciclo de políticas: uma contribuição para a análise de políticas educacionais	4
MENEZES, J. G. C. (Org.). Estrutura e Funcionamento da Educação Básica	4
PERONI, V. M. V. Política educacional e papel do Estado no Brasil dos anos 90	4
ROMANELLI, O. História da Educação no Brasil: 1930-1973	4
DEMO, P. A nova LDB: ranços e avanços	4
SADER, E.; GENTILI, P. (Org.). Pós-Neoliberalismo: as políticas sociais e o Estado democrático	4
DAVIES, N. Financiamento da educação. Novos ou velhos desafios?	3
DAVIES, N. Legislação educacional federal básica	3
FRIGOTTO, G. Educação e a crise do capitalismo real	3
OLIVEIRA, D. A. (Org.). Gestão democrática da educação: desafios contemporâneos	3
OLIVEIRA, R. P. de (Org.). Política educacional: impasses e alternativa	3
POPEKEWITZ, T. S. Reforma Educacional: uma política sociológica: poder e conhecimento em educação	3
SILVA, E. B. da (Org.). A Educação Básica pós-LDB	3
SILVA, M. A. Intervenção e consentimento: a política educacional do Banco Mundial	3
VIEIRA, S. L.; FARIAS, I. M. S. Política educacional no Brasil: uma introdução histórica	3
VIEIRA, S. L. (Org.). Estrutura e funcionamento da educação básica	3
BIANCHETTI, R. G. Modelo neoliberal e políticas educacionais	2
BAZÍLIO, L. C.; EARP, M. de L. S.; NORONHA, P. A. (Orgs.). Infância tutelada e educação: história, política e legislação	2
BRANDÃO, C. da F. Estrutura e Funcionamento do Ensino	2
CASTRO, M. L. O. de. A educação na Constituição de 1988 e a LDB	2
COSTA, M. A educação nas constituições do Brasil: dados e direções	2
CURY, C. R. J. Legislação educacional brasileira	2
FERNANDES, F. Educação e sociedade no Brasil	2
FERNANDES, F. O desafio educacional	2
FERREIRA, N. S. C.; AGUIAR, M. A. da S. (Orgs.). Gestão da educação: impasses, perspectivas e compromissos	2
FREITAG, B. Escola, Estado e Sociedade	2
GENTILI, P.; MCCOWAN, T. (Orgs.). Reinventar a escola pública: política educacional para um novo Brasil	2
GENTILI, P. (Org.). Pedagogia exclusão: crítica ao neoliberalismo em educação	2
HÖFLING, E. M. Estado e políticas (públicas) sociais	2



KRAWCZYK, N.; CAMPOS, M. M.; HADDAD, S. O cenário educacional latino-americano no limiar do século XXI: reformas em debate	2
LIBÂNEO, J. C. Democratização da escola pública	2
MAINARDES, J. Análise de políticas educacionais: breves considerações teórico-metodológicas.	2
MELCHIOR, J. C. de A. Mudanças no financiamento da educação no Brasil.	2
NEVES, L. M. W. Educação e política no Brasil de hoje	2
OLIVEIRA, D. A; DUARTE, M. R. T. (Orgs.). Política e trabalho na escola: administração dos sistemas públicos de educação básica	2
OLIVEIRA, R. Portela de. Da universalização do ensino fundamental ao desafio da qualidade: uma análise histórica.	2
RIBEIRO, M. L. S. História da educação brasileira: a organização escolar.	2
SANTOS, C. R. dos. Educação escolar brasileira: estrutura, administração, legislação	2
SANTOS, W. G. Cidadania e justiça	2
SAVIANI, D. Educação brasileira: estrutura e sistema	2
SAVIANI, D. Política e educação no Brasil	2
SILVA JR., J. dos R. Reforma do Estado e da Educação no Brasil de FHC	2
SILVA, T. T. da; GENTILI, P. (Orgs.). Escola S. A.: Quem ganha e quem perde no mercado educacional do neoliberalismo	2

Fonte: Organizada pelos autores.

Considerações finais

O presente artigo é de natureza introdutória e exploratória, visto que se trata de um campo ainda sem acúmulo de investigação. As discussões que têm sido promovidas no contexto da *Red Latinoamericana de Estudios Epistemológicos en Política Educativa* - ReLePe têm impulsionado a realização de estudos e pesquisas não apenas sobre o ensino da disciplina Política Educacional, mas do lugar da Política Educacional em diferentes espaços institucionais, tais como: grupos de pesquisas, associações científicas e acadêmicas, linhas de pesquisa em Programas de Pós-Graduação, redes de pesquisa, publicações, etc.

Mesmo reconhecendo que se trata de uma temática nova e ainda pouco explorada, podemos sintetizar alguns pontos que podem constituir uma agenda de pesquisa nessa área: a) análise do surgimento e do conteúdo das disciplinas e áreas que antecederam o que atualmente é considerado como Política Educacional (Administração Escolar, Administração da Educação, Educação Comparada); b) análise das nomenclaturas, carga horária, período de oferta, conteúdos propostos, bibliografia, livros de natureza didática



(manuais); c) ensino de Política Educacional e formação de pesquisadores para esse campo; d) identificação das contribuições dessa disciplina para a formação de professores, entre outros aspectos.

A análise apresentada possui algumas limitações, pois a amostra foi de 85 ementas e da bibliografia de 44 ementas ou programas de disciplina de 50 universidades públicas brasileiras. Para uma análise mais aprofundada, seria necessário ampliar a abrangência da pesquisa. Apesar de tais limitações, esse trabalho permite concluir que se trata de uma área de pesquisa relevante, pois pode trazer informações importantes para a compreensão e melhoria tanto do ensino de Política Educacional quanto para a formação de pesquisadores para esse campo.

Referências

AZEVEDO, J. M. L. **A educação como política pública**. 1. ed. Campinas: Autores Associados, 1997.

AZEVEDO, J. M. L. de; AGUIAR, M. A. A produção do conhecimento sobre a política educacional no Brasil: um olhar a partir da ANPED. **Educação & Sociedade**, Campinas, v. 22, n. 77, p. 49-70, set./dez. 2001.

BITTAR, M.; BITTAR, M.; MOROSINI, M. Producción de conocimiento y política educativa en América Latina: la experiencia brasileira. In: GOROSTIAGA, J.; PALAMIDESSI, M.; SUASNÁBAR, C. (Comps.). **Investigación educativa y política en América Latina**. Buenos Aires: Noveduc, 2012. p. 79-112.

BRZEZINSKI, I. (Org.). **LDB Interpretada**: diversos olhares se entrecruzam. 1. ed. São Paulo: Cortez, 1997.

CELLARD, A. A análise documental. In: POUPART, J. et al. **A pesquisa qualitativa**: enfoques epistemológicos e metodológicos. Tradução de Ana Cristina Nasser. 4. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2014. p. 295-316. (Coleção Sociologia).

FARIA, C. A. P. de. A multidisciplinaridade no estudo das políticas públicas. In: MARQUES, E.; FARIA, C. A. P. de. **A política pública como campo multidisciplinar**. São Paulo: Editora Unesp; Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2013. p. 11-21.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2002.



ReLePe



**I Encontro Latinoamericano de Professores de Política Educacional
II Seminário Internacional de Questões de Pesquisa em Educação**

6 e 7 de julho de 2015 - UNIFESP - Guarulhos - São Paulo - Brasil

KRAWCZYK, N. A historicidade da pesquisa em política educacional: o caso do Brasil. **Jornal de Políticas Educacionais**, Curitiba, v. 6, n. 12, p. 3-11, jul./dez. 2012.

LIBÂNEO, J. C.; OLIVEIRA, J. F. de; TOSCHI, M. S. **Educação escolar: políticas, estrutura e organização**. 1. ed. São Paulo: Cortez, 2003.

OLIVEIRA, R. P.; ADRIÃO, T. (Orgs.). **Organização do ensino no Brasil: níveis e modalidades na Constituição Federal e na LDB**. 1. ed. São Paulo: Xamã Editora, 2002.

RICHARDSON, R. J. et al. **Pesquisa social: métodos e técnicas**. 3. ed. São Paulo: Atlas, 1999.

SANTOS, A. L. F. dos. **A Pós-Graduação em Educação e o tratamento do tema política educacional: uma análise da produção do conhecimento no Nordeste do Brasil**. Recife: Editora Universitária da UFPE, 2009.

SANTOS, A. L. F. dos. Conhecimento e interesse: analisando fatores que influenciam a constituição do campo acadêmico da pesquisa sobre política educacional. **Revista Brasileira de Política e Administração da Educação**, Porto Alegre, v. 30, n. 1, p. 161-180, jan./abr. 2014.

SANTOS, A. L. F. dos; AZEVEDO, J. M. L. de. A Pós-Graduação no Brasil, a pesquisa em educação e os estudos sobre a política educacional: os contornos da constituição de um campo acadêmico. **Revista Brasileira de Educação**, Rio de Janeiro, v. 14, n. 42, p. 534-550, set./dez. 2009.

SANTOS, A. L. F. dos; AZEVEDO, J. M. L. de. Regulação e legitimação da pesquisa sobre a política educacional como campo acadêmico: um estudo a partir dos programas de Pós-Graduação do nordeste brasileiro. In: GOMES, A. M.; OLIVEIRA, J. F. de (Orgs.). **Reconfiguração do campo da educação superior**. Campinas: Mercado de Letras, 2012. p. 71-93. (Série Estudos em Políticas Públicas e Educação).

SAVIANI, D. **A Nova Lei da Educação: trajetória, limites e perspectivas**. 1. ed. Campinas: Autores Associados, 1997.

SAVIANI, D. **Da Nova LDB ao novo Plano Nacional de Educação**. 1. ed. Campinas: Autores Associados, 1998.

SCHNEIDER, M. P. Pesquisa em política educacional: desafios na consolidação de um campo. **Revista Educação (PUC-Campinas)**, Campinas, v. 19, n. 1, p. 5-13, jan./abr. 2014.

SHIROMA, E. O.; MORAES, M. C. M. de; EVANGELISTA, O. **Política Educacional**. 1. ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2000.



ReLePe



**I Encontro Latinoamericano de Professores de Política Educativa
II Seminário Internacional de Questões de Pesquisa em Educação**

6 e 7 de julho de 2015 - UNIFESP - Guarulhos - São Paulo - Brasil

STREMEL, S. Fontes para o estudo da constituição do campo da política educacional no Brasil. In: JORNADAS LATINOAMERICANAS DE ESTUDIOS EPISTEMOLÓGICOS EN POLÍTICA EDUCATIVA, 1., 2012, Buenos Aires. **Anais...** Buenos Aires: Universidad Nacional de Tres de Febrero, 2012. p. 1-19.

STREMEL, S.; MAINARDES, J. A constituição do campo da política educacional no Brasil: análise de contribuições da RBEP. In: SEMINÁRIO DA ANPAE DA REGIÃO SUL, 2012, Pelotas. **Anais...** Pelotas: IFSUL, 2012. p. 1-15.

STREMEL, S.; MAINARDES, J. A constituição do campo da política educacional no Brasil: notas sobre a periodização. In: SIMPÓSIO INTERNACIONAL O ESTADO E AS POLÍTICAS EDUCACIONAIS NO TEMPO PRESENTE, 7., 2013, Uberlândia. **Anais...** Uberlândia: UFU, 2013. p. 1-15.